

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 11 de maio

Gracinha Caiado faz balanço de auxílio na pandemia - FIO DIRETO

GERCYLEY BATISTA

Segundo a presidente da OVG (organização das Voluntárias de Goiás), 680 mil famílias já foram atendidas nos 246 municípios. Um total aproximado de 2 milhões de pessoas. Gracinha Caiado aproveitou para agradecer a rede de solidariedade formada em Goiás por empresários, artistas, entidades civis, polícia militar, corpo de bombeiros, prefeituras, Alego, TJ, TCE e servidores estaduais.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200511/pagina/1>

Oposição cobra fundo para rodovias

Raphael Bezerra

O deputado estadual e líder da oposição, Talles Barreto (PSDB) questiona o Governo de **Goiás** sobre um fundo de manutenção das malhas asfálticas do Estado aprovado na gestão anterior. "As nossas estradas estão abandonadas. Pergunto-me por que não está sendo utilizado o Fundo Constitucional de Transportes-FCT, que foi aprovado na gestão passada? Este fundo foi criado justamente para que fosse garantida a manutenção, mas na prática não é o que estamos vendo", apontou.

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** disponibilizou um estudo que revela que 98 trechos de rodovias goianas estão com mais de 40% da malha asfáltica comprometida. Em entrevista ao O Hoje, no mês passado, o presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, disse que quando assumiu a autarquia, em outubro do ano passado, havia um "desacordo entre a agência e os fornecedores de serviço por questões de pagamento, além dos desfalques nas equipes de manutenção".

A previsão de orçamento da Goinfra para o ano de 2020 é de aproximadamente R\$ 400 milhões. Segundo Sales, a prioridade da agência é dar continuidade às obras iniciadas sem conclusão para investir, posteriormente, em novas obras.

O relatório do **TCE** foi iniciado em 20 de fevereiro deste ano, a pedido do **conselheiro Sebastião Tejota**, tendo, ao final, alcançado mais de 5,5 mil quilômetros fiscalizados (98 trechos), atingindo 40% da malha rodoviária asfaltada do Estado. Dos problemas identificados, 69% se referem a panelas (buracos); 23,9% a afundamentos; 6,7% a erosões e 0,4% a deslizamentos de terra.

O trecho mais comprometido fica na GO-070 entre Itapirapuã e Matrinchã, onde a incidência de buracos chega a 98,5%. Na GO-178, de Itarumã a Itajá, 85,6% apresentaram panelas. A maior quantidade de erosões relevantes (oito) foi verificada em trechos da GO-080, entre Goianésia e Jaraguá, e da GO-237, entre Niquelândia e Muquém. Também foi grande a incidência na GO-060, Firminópolis-Iporá: sete erosões.

O governador, Ronaldo Caiado (DEM), durante o início do seu mandato criticou diversas medidas tomadas pelos governos tucanos em relação a manutenção da malha rodoviária do Estado. Em busca de uma solução para o problema, chegou a ser articulado uma parceria com as prefeituras municipais, que não avançou. Procurada, a Goinfra não se manifestou sobre a situação das rodovias goianas.

"É vergonhoso que a Goin-fra não assuma essa responsabilidade, e não reconheça o risco que as pessoas correm na estrada, em especial as ambulâncias que fazem o trajeto várias vezes por dia. Nós temos um problema sério, que é o Covid-19, mas não podemos abandonar outras áreas do Estado, a manutenção é o mínimo que deve ser feito, quando falamos de estradas seguras também estamos falando de preservação da vida", criticou Barreto.

Segundo o secretário de Controle Externo do **TCE-GO**, Vitor Gobato, essa atuação contemporânea é uma inovação e possibilita ao cidadão e ao próprio Estado acompanhar a situação das rodovias. "A população precisa conhecer os trechos que representam risco de acidentes e fatalidade. Os dados são importantes também pela questão econômica, uma vez que o escoamento de produtos fica comprometido, aumentando o preço do frete, gerando desperdício e trazendo prejuízos ao produtor e ao transportador", disse. (Especial para O Hoje)

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/4930/4930.pdf>

Caiado anuncia parceria em fiscalização no comércio e não descarta novo decreto

Octacilio Queiroz

O **Governo de Goiás** e as prefeituras goianas estão intensificando a fiscalização ao cumprimento dos protocolos estipulados para a reabertura gradual dos comércios no Estado, a partir do decreto editado em 19 de abril. Esta foi a mensagem deixada pelo governador Ronaldo Caiado ao participar da live do jornal O Popular, com participação das jornalistas Gabriela Lima e Fabiana Pulcineli, na manhã desta terça-feira (5/5).

"Houve um período para que todos se adequassem. Depois não terão direito de reclamar, caso venham a ocorrer multas ou cassação de autorização ou outorgas das empresas. Temos que sensibilizar os goianos e passar por esta pandemia, se Deus quiser, no mesmo percentual dos últimos 60 dias", prospectou o governador. A flexibilização das atividades, o pacote de socorro aos estados e municípios e a relação com o Governo Federal foram alguns dos temas debatidos por mais de uma hora de transmissão.

Sobre a possibilidade de estabelecer lockdown (bloqueio total) em Goiás, Caiado frisou que esta possibilidade nunca foi cogitada nos diálogos que tem travado cotidianamente com os presidentes de Poderes constituídos e prefeitos, desde quando passou a adotar medidas de enfrentamento à epidemia da Covid-19. No entanto, não descartou a possibilidade de rever o último decreto que permitiu a flexibilização do comércio, uma vez que o percentual de isolamento social no Estado apresentou significativa queda nos últimos dias. "Vamos continuar com o monitoramento e, caso haja resistência em atender aos protocolos, podemos pensar em um decreto para retomar as regras anteriores", comentou Caiado.

Durante a entrevista, Caiado ressaltou a importância das ações dos prefeitos Iris Rezende (Goiânia), Gustavo Mendanha (Aparecida de Goiânia) e Roberto Naves (Anápolis), que intensificaram a fiscalização nos municípios, o que servirá de parâmetro para manutenção ou não das atividades comerciais. "Precisamos ter um número significativo de fiscais para poderem analisar se os protocolos estão sendo cumpridos conforme o último decreto para assim decidir se mantém ou não as portas abertas. Se todas essas ações não forem suficientes, nós iremos, sim, com Ministério Público, Tribunal de Justiça, **Assembleia Legislativa de Goiás**, **Tribunal de Contas do Estado**, Defensoria Pública, Tribunal de Contas dos Municípios, fazer outro decreto que seja bem restritivo naqueles pontos que identificarmos os maiores problemas", antecipou o governador.

A relação na esfera federal também foi abordada, ao citar a audiência com o presidente Jair Bolsonaro, na tarde de ontem (4/5), na qual trataram, entre outros assuntos, do pacote de ajuda aos Estados brasileiros. Questionado sobre sua postura com relação ao governo federal, o governador foi enfático: "Ronaldo Caiado é um político independente. Nunca na minha vida segui script". No que tange à epidemia, ele garantiu que sempre se pautará pela ciência e critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde. "Sou um político convicto das minhas ideias e, tenho muita tranquilidade em me posicionar em todo momento. Considero-me aliado político da população do Estado de Goiás, com responsabilidade que tenho com 7 milhões e 200 mil goianos."

"Cultura individualista"

Sobre sua proposta de acolher pacientes de Covid-19 provenientes de outros Estados, ele foi claro: "Estamos em uma guerra e o sentimento é de solidariedade. Não tem nenhuma vertente política, mas humanitária. Temos que despertar em todos nós, brasileiros, o sentimento de amor ao próximo. Como médico que sou, não acredito que se constrói um País com uma cultura individualista. Esta cultura precisa ser quebrada", pontuou.

Ainda sobre o assunto, o governador exemplificou que no cenário atual, nada impede que um hospital em Porangatu, por exemplo, receba um paciente do Tocantins, auxiliando o tratamento ao encurtar distâncias e facilitar a logística. No entanto, reforçou, este cenário depende exclusivamente do comportamento dos

goianos. "O que vai acontecer daqui para frente depende exclusivamente dos cidadãos goianos. Hoje temos condição de atender, mas devemos direcionar esta pergunta à população do Estado de Goiás. Vocês querem ver os leitos de Goiás serem suficientes para seus familiares? Então fiquem em casa", clamou.

O governador citou diversas medidas que vem adotando em prol da regionalização da Saúde mesmo em meio a todas as dificuldades, provenientes não apenas da pandemia, mas também da crise fiscal do Estado e dos anos de descaso com a saúde pública por parte de governos anteriores. Pontuou a estadualização de cinco unidades hospitalares - nas cidades de Jataí, São Luís de Montes Belos, Itumbiara, Formosa e Luziânia - além da conquista do Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás.

SECOM - Governo de Goiás

Site: <https://gazetadoestado.com.br/artigo/caiado-anuncia-parceria-em-fiscalizacao-no-comercio-e-nao-descarta-novo-decreto>

Henrique Mandetta: "números galoparam" em Goiás

Aliados do governador Ronaldo Caiado (DEM) apontam que foi um erro a entrega de autonomia sobre isolamento social e fechamento de atividades econômicas aos municípios, pelo último decreto. Avaliação é de que Caiado fugiu da responsabilidade de comandar o processo e tentou escapar do desgaste político. "Lá no **Goiás** (sic), por exemplo, estava indo bem, com bons índices de isolamento, mas começou uma flexibilização e os números galoparam", observou o aliado caiadista e ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante debate na Globonews. Por mais que nem todas as cidades tenham avançado nas regras definidas pelo decreto estadual, o último texto, na prática, retirou o sentido de estrita necessidade do isolamento, o que causou aumento de 50% no número de validações diárias no transporte coletivo e o dobro de carros das ruas, em média, segundo a SMT.

Ingrediente

Depois de ceder à pressão de empresários e representantes do setor produtivo, o governador tem ameaçada retomar medidas mais restritivas, diante do aumento no número de infecções pelo coronavírus em **Goiás**.

Isolamento

O médico e deputado federal Zacharias Calil (DEM) afirmou, em entrevista ao O Hoje, que a flexibilização "foi um erro" e contou que "nunca foi chamado para qualquer avaliação sobre o tema no governo".

Ciência X lucro

Já a oposição avalia que Caiado abandonou o embasamento técnico e científico, que tanto valorizava, ao atender empresários que relativizam a gravidade do problema.

Rescaldo tucano

O ex-presidente da **Goiás** Turismo em gestões do PSDB, Leandro Garcia, foi multado pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** por não ter tomado providências para fiscalização e transparência de contratos da agência.

Histórico

Leandro era indicado da deputada federal Magda Moffato (PL) e estava à frente do órgão durante a CPI que investigou a contratação de shows pelo interior em 2018.

Irregularidades

Entre as determinações não atendidas, está a ausência de servidores para fiscalização de convênios com municípios e entidades, além de não ter implementado monitoramento online dos contratos. Multa de R\$ 22 mil.

Gastos emergenciais

Força tarefa criada pelo **TCE** para fiscalizar gastos do governo estadual durante a pandemia tem prazo de trabalhos até 19 de setembro, período decretado como "situação de emergência na saúde pública".

Ajustes

Empresas do transporte coletivo em **Goiânia** acreditam em conclusão dos debates com o governo estadual

nesta terça-feira (12), para confirmação da proposta para que o estado banque os prejuízos do setor na pandemia.

CURTAS

- O sindicato das empresas apura perdas efetivas, até agora, de R\$ 39 milhões. Faltam ajustes sobre o valor a ser repassado.

- O tema foi adiantado na última reunião entre Procuradoria-Geral do Estado, Agência Goiana de Regulação e CMTC.

- A Secretaria Saúde passou a disponibilizar monitoramento da covid-19 pela internet, com atualização a cada 30 minutos.

Site: <http://www.ohoje.com/noticia/xadrez/n/176283/t/henrique-mandetta-numeros-galoparam-em-goias>

Dinheiro para compra de EPIs gera impasse entre Paço e Câmara de Goiânia - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

Dinheiro para compra de EPIs gera impasse entre Paço e Câmara de **Goiânia**

O presidente da Câmara de **Goiânia**, Romário Policarpo (Patriota), afirma que desistiu da doação de R\$ 10 milhões para a compra de equipamentos de proteção individual que seriam utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde no combate à pandemia do novo coronavírus. Segundo o vereador, o uso de sobras do duodécimo da Casa para as aquisições enfrenta entraves burocráticos em um cenário onde a Prefeitura defende a "devolução do dinheiro" como única saída. "Tem dois meses que tento mandar o dinheiro para a Secretaria de Saúde e não consigo. Hoje eu desisti." Ele completa que usará os recursos na Câmara. "O dinheiro da Câmara é para ser usado no combate ao coronavírus. Não vou mandar dinheiro para a conta da Prefeitura para o Iris fazer viaduto", completa ele, que reclama da destinação dos R\$ 3 milhões devolvidos em janeiro para a reabertura do Mutirama, algo que não ocorreu. Procurado pela coluna, o procurador-geral do Município, Brenno Kelvys, afirma que, como o dinheiro que não é gasto pelo legislativo vai para um fundo com destinações específicas, não são permitidos gastos desta natureza. "A alternativa seria devolver o recurso e a Prefeitura assinar um termo compromisso para comprar os equipamentos."

Na pauta

Deve ir ao plenário da Câmara na próxima sessão projeto do Paço que transfere a creche no Jardim Guanabara à Associação Beneficente de Mulheres do Estado de **Goiás**.

Pra quem?

A ABMEG é presidida por Irmã Cida (Podemos), suplente de vereador que assumiu cargo após pedido de licença do aliado Sargento Novandir. Ela já ocupou a diretoria da Secretaria de Políticas para Mulheres do Paço.

Novo embate

Vereadores avaliam que não será fácil a aprovação do projeto. A creche é administrada pela Associação de Moradores do Jardim Guanabara.

Digital

O Ministério Público lança, na segunda, o MP Cidadão, ferramenta de recebimento de denúncias e informações que permitirão o avanço da investigação. O projeto já estava no radar e teve seu desenvolvimento acelerado devido ao isolamento social.

Apagar incêndio

A reaproximação do governador Ronaldo Caiado (DEM) com Jair Bolsonaro se deu após pedidos de ajuda vindos de Brasília para tirar da cabeça do presidente a ideia de ir para embate direto com o STF a respeito da nomeação de Alexandre Ramagem para a direção-geral da Polícia Federal. Ele esteve decidido a ignorar a decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Nova composição

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), acatou pedido do PSDB estadual para substituição de uma das cadeiras na CCJ. A vaga do deputado estadual Diego Sorgatto, que trocou o

tucanato pelo DEM em março mas permanecia na comissão, ficará com Helio de Sousa. Os 11 membros são definidos a partir do tamanho da bancada de cada partido na Casa.

Resolvido

Diante do impasse na CCJ, o líder da oposição na Assembleia, Talles Barreto, chegou a se movimentar para que o PSDB fosse à Justiça pedir o mandato de Sorgatto, expulso recentemente do partido.

Sinal fechado

Sinal fechado - Malabarista se apresenta em cima de corda esticada de um lado ao outro da Rua 82, que circunda a Praça Cívica, no Centro. (Foto: Fábio Lima / O Popular)

Pergunta para:

Pedro Henrique Sales | Presidente da Goinfra

(Foto: Divulgação)

A recuperação das rodovias está prejudicada por falta de recursos. Como resolver?

Conversei com o governador e ele sinalizou positivo para a possibilidade de uma parte do socorro federal ser destinada a essa recomposição da malha viária mostrada no relatório do **TCE**. A partir do próximo mês vamos ter noção do real impacto da pandemia e aí vamos ver o quanto será possível destinar para a Goinfra realizar estes serviços.

Arremate:

Já escutou? - Ainda dá tempo de conferir o episódio desta semana do podcast Giro 360. O tema é a mistura entre política e religião.

Compras - A **Codego** deu ontem cessão de termo de uso para o Grupo Marítimo construir um shopping no Daia, em Anápolis. Serão 80 lojas em área de 22 mil metros quadrados.

Imposto - A não cobrança do ICMS do boi gordo que é levado para outros Estados foi tema de reunião da AGM com a Secretaria de Economia e o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB).

Soluções - Durante o encontro, Lissauer disse que a Assembleia está pronta para votar projeto para evitar sonegação.

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/dinheiro-para-compra-de-epis-gera-impasse-entre-pa%C3%A7o-e-c%C3%A2mara-de-goi%C3%A2nia-1.2049806>

Em 2 meses, governo de Goiás realizou R\$ 76 milhões em pedidos emergenciais

08/05/2020 - 19:00

Em nome do combate ao coronavírus, o governo de **Goiás** realizou solicitações de compras emergenciais que somaram R\$ 76,052 milhões em dois meses. Elas foram realizadas com regras simplificadas para aquisição de bens, serviços e insumos, como compra direta com dispensa de licitação e pregões mais rápidos. Isso baseado em flexibilizações permitidas por lei federal e por decreto estadual, sobre situação de emergência em saúde.

Com as aquisições facilitadas, não demorou para que surgissem as polêmicas. Em março, a Secretaria Estadual de Saúde de **Goiás** (SES) cancelou a compra por R\$ 38,7 milhões de 300 mil testes rápidos para o novo coronavírus, por conta da confiabilidade deles. Já em abril o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** chegou a suspender o pagamento de uma compra feita pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) de 100 mil unidades de álcool em gel por indício de preço abusivo.

O produto, aliás, é o principal em quantidade da lista de compras do Estado. De acordo com dados do Portal da Transparência, do dia 5 de março até a última terça-feira (05), os pedidos de álcool em gel atingiram R\$ 2,3 milhões. Depois vem cestas básicas adquiridas para a Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG), ao custo de R\$ 11,820 milhões, e água sanitária, R\$ 207,795 mil.

Ao todo, 916 mil itens foram solicitados por dez órgãos, sendo que R\$ 25,6 milhões já foram liquidados e R\$ 21,3 milhões pagos. Os pedidos são diversos. Incluem, por exemplo, balde, lençol, desodorante e até containers - que são produtos, por exemplo, da lista para suprir o Sistema Socioeducativo.

Modalidade

Segundo o governo estadual, o que tem definido as compras, além do uso para combate ao Covid-19, é a urgência. A maioria foi feita pela modalidade de pregão, que, pela Lei número 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, passou a ter prazos pela metade. O Estado afirmou à reportagem que fez chamamentos públicos, mas em muitos casos a cotação não foi favorável ou não se tinham as especificações adequadas. Por isso, boa parte dos itens foi levada a pregão.

O que na ferramenta criada para dar transparência, o CoronaTransp no Portal da Transparência, aparece em "outras dispensas representa 97,83% do valor solicitado. Outra modalidade é "participante com registro de preço", que é quando se utiliza uma cotação já feita anteriormente. "Permite um ente comprar e fazer o procedimento que vale para outros que tenham interesse pelo mesmo item. Veio para dar proteção para fazer compras com maior rapidez", explica o advogado especialista em Direito Administrativo, Juscimar Pinto Ribeiro.

A "compra direta - dispensa de licitação" foi utilizada por dois órgãos, para comprar álcool diretamente com os fornecedores, pela **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**) e Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SIC). E somou apenas R\$ 6,2 mil. A justificativa é de que a modalidade foi escolhida porque o valor ficou abaixo do limite estabelecido pela lei das licitações.

Fora do momento de pandemia, as compras têm de passar por um processo licitatório, que pode demorar meses. O que é motivo de críticas recorrentes das administrações públicas. Por mais que tenha uma simplificação agora, Juscimar alerta que o governo não tem carta branca, precisa ter cautela, porque os atos atuais serão avaliados no futuro. "Por mais que os administradores estejam resguardados na lei, têm de ter elementos de informação para quando forem questionados."

Variação

Entre os desafios no momento de administrar as compras e comprovar os motivos das escolhas, está a volatilidade dos preços no mercado, que teve aumento na procura por itens ligados à prevenção da Covid-19. A reportagem encontrou variação de até 344% no valor de frascos de álcool em gel (500 mililitros) solicitados por diferentes pastas; 55% no detergente líquido (500 mililitros) e 38% para água sanitária (5 litros).

O governo estadual não tem uma central de compras, cada pasta faz a sua. Mas sobre a variação do preços, afirma que vários fatores podem influenciar a aquisição pública. No caso do álcool em gel, em que a **AGR** solicitou por R\$ 26 o frasco enquanto a Diretoria Geral da Administração Penitenciária (DGAP) fez pedido três dias depois por R\$ 16,95 a unidade, a justificativa é a quantidade. A primeira adquiriu 180 e a segunda 2.508.

Outro fator que o Estado alega que complica as compras é a lei da oferta e procura, a instabilidade do mercado pela alta demanda. "Há casos em que orçamentos são apresentados e posteriormente retirados pela mesma empresa no mesmo dia ou fornecedores que vencem as aquisições, mas não entregam os produtos. Esse cenário é encontrado em todos os Estados e tem se mostrado um grande desafio aos gestores", diz em nota.

A centralização das aquisições é reconhecida como medida que minimiza esses desafios. "**Goiás** iniciou esse trabalho. Está em tramitação processo de registro de preços capitaneado pela Secretaria de Estado de Administração (Sead) para aquisição de álcool em gel, álcool etílico, luvas e máscaras que podem atender diversos órgãos estaduais." O que ocorreu nos primeiros dois meses foi apenas formalização e padronização de políticas de compras. A previsão agora é de novas aquisições e com valores cada vez maiores.

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/em-2-meses-governo-de-goi%C3%A1s-realizou-r-76-milh%C3%B5es-em-pedidos-emergenciais-1.2049676>

Apesar de declarar ilegal a inexigibilidade de licitação, TCE mantém contrato da Iquego com empresa

6 de maio de 2020 - 09:30

Apesar de declarar ilegal o ato de inexigibilidade de licitação da Industria Química do Estado de **Goiás** (Iquego) na contratação de uma empresa, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** manteve o contrato que já está em execução. Além de não anular o procedimento, O **TCE** não aplicou multa ao responsável. Na decisão, aprovada em sessão on-line encerrada na última quinta-feira (30/04), o **conselheiro** relator **Helder Valin** considerou que "o gestor agiu com os meios moderados e formas legais que dispunha ao seu alcance, não sendo demonstrado nos autos má-fé, incúria, muito menos danos ao erário".

Segundo o advogado Juscimar Ribeiro, que é presidente do Instituto de Direito Administrativo de **Goiás-IDAG**, esta é uma importante decisão em que o Tribunal de Contas reconhece as dificuldades reais enfrentadas pelo gestor público, adotando as disposições da LINDB, e afasta a responsabilização do gestor público, e não obstante o reconhecimento da ilegalidade, mantém o contrato, para atender o interesse público.

Medidores de glicose

A licitação em questão diz respeito à contratação de empresa para transferência de tecnologia relacionada a medidores de glicose no sangue e tiras de teste. Quanto à legalidade do ato, a unidade técnica do **TCE** observou que não foi demonstrado que haveria, de fato, uma inviabilidade de competição e, assim, "o motivo declarado para o ato de dispensa é inexistente, e o ato de declaração de inexigibilidade ora tratado, é nulo".

O relator explicou, porém, que o contrato se encontra em avançado de execução, já tendo obtido significativo resultado financeiro, sendo que a sua extinção poderia causar risco de dano tanto à viabilidade econômica da estatal como ao interesse público ligado ao fornecimento dos produtos. Valin acrescentou que transferência tecnológica, ainda em andamento, tornou a Iquego a primeira empresa no país a fabricar glicosímetros.

Ao final, o **conselheiro** determinou à Iquego que, em suas contratações e parcerias futuras, "explícite técnica e adequadamente a formatação dos custos envolvidos, ressarcimentos eventualmente devidos e/ou divisões de lucros pactuados, de forma a aprimorar o controle da execução contratual.

Melhoria

Como oportunidades de melhorias, o **TCE** determina a expedição de recomendações à Iquego para que atente-se quanto à eleição da fundamentação legal da contratação direta, mormente quanto à observância dos requisitos básicos para as inexigibilidades e dispensas de licitação. Dê a maior publicidade possível à consulta pública, com a publicação adicional no Diário Oficial da União, sobretudo ao se tratar de objeto de alta complexidade, com o intuito de alcançar o maior número de interessados e propostas.

Além disso, que realize planejamento prévio, adequado e suficiente, que contenha, no mínimo, os estudos aptos a embasar a solução comercial escolhida, a sua adequação frente a capacidade estrutural e operacional da empresa e o retorno estimado a partir de indicadores de mercado. E explícite técnica e adequadamente a formatação dos custos envolvidos, ressarcimentos eventualmente devidos e/ou divisões de lucros pactuados. (com informações do **TCE**)

Site: <https://www.rotajuridica.com.br/apesar-de-declarar-ilegal-a-inexigibilidade-de-licitacao-tce-mantem-contrato-da-iquego-com-empresa/>